

Ponte: "um delírio faraônico"

VITÓRIA
AGÊNCIA ESTADO

Um contrato de financiamento no valor de Cr\$ 32,919 bilhões foi assinado ontem, no Rio, entre o governo do Espírito Santo e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a conclusão da terceira ponte, ligando Vitória a Vila Velha, no continente. No mesmo contrato, há uma cláusula através da qual o Finame, órgão do BNDES, se compromete a conceder ao Espírito Santo Cr\$ 41,99 bilhões. A quantia total representa, porém, apenas 50% do valor necessário para a conclusão da ponte, orçada em Cr\$ 150 bilhões, ou 9,2 milhões de ORTN. A Seplan, através do ministro Delfim Netto, assumiu o compromisso de assegurar a liberação dos recursos que faltam, a fundo perdido.

Para o ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, a ponte, com três mil metros, é "um delírio faraônico, um monumento à irresponsabilidade". O ministro disse também, em maio, em encontro com o senador João Calmon e o deputado Stelio Dias, que os 70 milhões de dólares destinados pelo BNDES à obra resolveriam todos os problemas da malha viária do Espírito Santo, das estradas vicinais, e ainda sobriaria dinhei-

ro para asfaltar toda a baía de Vitória.

O financiamento foi assinado pelo governador Gérson Camata, Jorge Lins Freire, presidente do banco, e Moacyr Dalla, presidente do Senado. A obra, paralisada desde 1978, será concluída pela Usiminas Mecânica S/A — Usimec, parte metálica, e Norberto Odebrecht, parte civil.

Segundo o deputado Stelio Dias, o ministro Cloraldino Severo disse que pessoalmente "não assinará nada embaixado do que leve à concretização da terceira ponte, por ser uma obra inútil, como dirá o tempo". Para o ministro, a obra foi iniciada de qualquer maneira e, depois de o ministério tentar montar um novo esquema de execução, o governo do Estado pediu que fosse devolvida, achando que poderia contratar financiamentos externos, o que era "impossível".

O primeiro financiamento (30 milhões de dólares), empregado no esqueleto hoje existente, foi obtido pelo governo Elcio Alvares, em 1978, com garantia do Tesouro. Em 1979, o governador Eurico Resende conseguiu que o governo federal transferisse ao DNER a responsabilidade pela conclusão. E o governador atual, Gerson Camata, obteve novamente a transferência para o Estado. Em abril, o senador Calmon propôs a

formação de uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado para apurar de quem seria a responsabilidade da dívida da conclusão, e segundo ele o BNDES aceitou apelo do senador Moacyr Dalla para conceder 50 milhões de dólares, correspondentes à metade do valor da obra.

Uma CPI foi pedida também pelo Sindicato dos Engenheiros, que, em carta aberta ao governador, denunciou ter sido a obra tornada viável para resolver problemas econômicos da Norberto Odebrecht, "da qual o ex-ministro Calmon de Sá era ou é sócio". Segundo o documento, a empresa teve prejuízos na construção de grandes obras para o programa atômico, e como havia participado da construção da Rio-Niterói tinha equipamentos ociosos que poderiam ser utilizados em outra ponte.

Levantamento feito por técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, do Planejamento do governo, informam que a terceira ponte absorverá apenas 2,5% do total das viagens individuais da Grande Vitória — com cinco municípios.

Nos quatro anos de paralisação da obra, os prejuízos chegaram a 2,7 milhões de dólares, segundo o governo do Estado. A terceira ponte terá três mil metros de comprimento, 30 de largura.